DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1998/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/13786/2015
PROTOCOLO	: 1623017
ÓRGÃO	: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**
ORDENADORA DE DESPESAS	: **MARIA NILENE BADECA DA COSTA**
CARGO DA ORDENADORA	: **SECRETÁRIA DE ESTADO**
ASSUNTO DO PROCESSO	: **CONVÊNIO N. 23.349/2014**
CONVENENTE	: **MUNICÍPIO DE ALCINÓPOLIS**
OBJETO DO CONVÊNIO	: **RECURSOS FINANCEIROS PARA A AQUISIÇÃO DE 1 (UM) VEÍCULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR**
VALOR GLOBAL	: **R$ 60.000,00**
RELATOR	: **CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Trata-se do exame da regularidade da prestação de contas do Convênio n. 23.349/2014, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e o Município de Alcinópolis/MS, constando como ordenadora de despesas a Sra. Maria Nilene Badeca da Costa, secretária de estado, à época, nos termos do art. 35, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

O convênio fundamentou-se nas disposições contidas na Lei n. 8.666/93, e demais normas legais e regulamentares pertinentes, bem como mediante as condições estipuladas nas cláusulas constantes do respectivo instrumento.

O objeto do convênio é destinar recursos financeiros para a aquisição de 1 (um) veículo para transporte escolar, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), acrescido da contrapartida efetuada pelo município no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), totalizando R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), com prazo de vigência a partir da data da sua assinatura, em 19 de dezembro de 2014, e término em 30 de junho de 2015, podendo ser prorrogado.

A equipe técnica da 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) examinou os documentos constantes dos autos e manifestou-se na Análise ANA-4ICE-22101/2015, pela regularidade e legalidade do presente convênio.

O Ministério Público de Contas (MPC) em seu Parecer PAR-MPC – GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO – 18761/2015, opinou pela regularidade desta prestação de contas de convênio em apreço.

DA DECISÃO

Analisadas as peças que instruem os autos, verifica-se que os documentos foram enviados tempestivamente a este Colendo Tribunal, e demonstraram consonância com as exigências contidas na Lei n. 8.666/93, na Lei n. 4320/64 e na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011.

Foram atendidas as condições estipuladas nas cláusulas constantes do convênio, cujos recursos foram devidamente aplicados e comprovados, recebendo a devida homologação do ordenador de despesas.

Desta forma, a prestação de contas do convênio em apreço merece receber a chancela deste Colendo Tribunal.

Assim, acolhendo a análise dos técnicos da 4ª ICE e o parecer ministerial, com fulcro nos artigos 4º, III, "a" e 10, II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013, **DECIDO**:

1. pela **regularidade** da prestação de contas do Convênio n. 23.349/2014, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, e o Município de Dourados/MS, constando como ordenadora de despesas a Sra. Maria Nilene Badeca da Costa, secretária de estado, à época, nos termos do art. 59, I, da LCE n. 160/2012, dando-lhe a devida quitação, nos termos do art. 60 da mesma lei complementar;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do RITC/MS.

Campo Grande-MS, 17 de março de 2017.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

llss